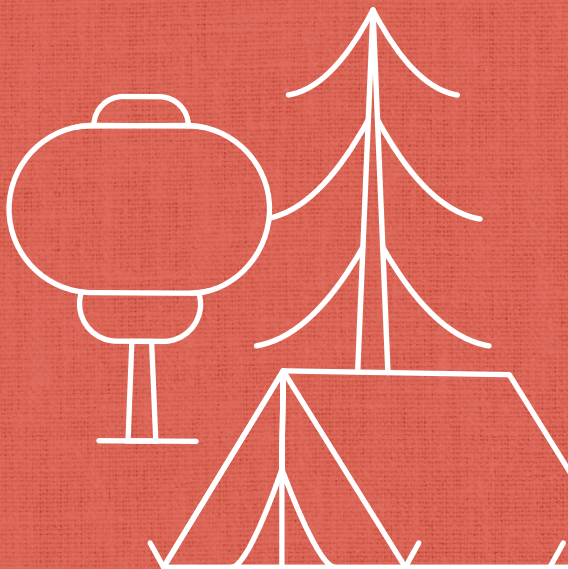
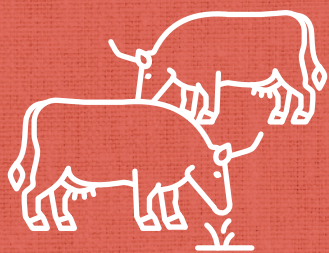


# ECOTURISMO E BALDIOS

---



BEM  
COMUM



Este guia foi concebido para ser lido em formato digital. Evite imprimi-lo! Aproveite a navegação interativa entre páginas e o acesso direto a recursos complementares. Basta clicar nos textos sublinhados. A consulta torna-se mais prática, completa e sustentável.



Inovação e cooperação na gestão dos baldios, para potenciar a bioeconomia, sustentabilidade e resiliência das comunidades rurais e da agro-silvo-pastorícia  
[www.bemcomum.altominho.pt](http://www.bemcomum.altominho.pt)

# ÍNDICE

- 1 INTRODUÇÃO**
- 2 ECOTURISMO**
- 8 COCRIAÇÃO**
- 12 BOAS PRÁTICAS DE ECOTURISMO**
  - 14 Alojamento sustentável
  - 16 Restauração e produção local
  - 18 Animação turística, interpretação e educação ambiental
  - 22 Promoção turística responsável por entidades públicas
  - 27 Dimensões transversais
- 28 RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS**
  - 29 Operadores turísticos
  - 29 Instituições públicas
  - 30 Gestores de baldios
  - 30 Comunidades locais
  - 31 Investigação e ensino
  - 31 Estratégias transversais
- 32 CHECKLIST PRÁTICO DE COCRIAÇÃO EM ECOTURISMO**
- 40 ATIVIDADES EXPERIMENTADAS NO PROJETO BEM COMUM**
  - 42 Baldios do Soajo - uma viagem do passado ao futuro
  - 44 Socalco Experience - da montanha ao vale
  - 46 Nature & Art - Creative Action for Ecological Regeneration
  - 48 Pastoreio comunitário no Gerês
- 50 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

# INTRODUÇÃO

Este guia nasce do trabalho desenvolvido no âmbito do projeto Bem Comum, um processo de investigação-ação centrado na relação entre ecoturismo, comunidades locais e gestão coletiva do território em áreas protegidas. O projeto partiu da constatação de que, apesar do crescente interesse pelo ecoturismo, persistem no terreno dificuldades em traduzir princípios amplamente reconhecidos - como conservação da natureza, participação comunitária e sustentabilidade - em práticas concretas, coerentes e ajustadas às realidades locais. Ao longo do Bem Comum, foram promovidos diagnósticos participativos, oficinas comunitárias, momentos de experimentação e atividades-piloto, envolvendo gestores de baldios, comunidades locais, as empresas dinamizadoras Keen Tours e Explore Iberia, operadores turísticos convidados, técnicos de conservação e investigadores. Este percurso permitiu observar desafios, testar soluções e, sobretudo, aprender com a prática, a partir dos próprios territórios.

O guia reflete essa aprendizagem coletiva e assume-se como um instrumento de apoio à ação, mais do que como um conjunto de normas prescritivas. As orientações aqui apresentadas resultam do cruzamento entre conhecimento científico, experiência empírica e saberes locais, valorizando o papel dos baldios enquanto estruturas centrais de governação do território, da paisagem e dos recursos naturais. Parte-se do entendimento de que o ecoturismo só pode contribuir de forma positiva para as áreas protegidas quando assenta em processos de cocriação, governança partilhada e respeito pelos valores ecológicos, sociais e culturais de cada lugar. Dirigido a operadores turísticos, empresas de animação turística, gestores de baldios, técnicos, decisores públicos, comunidades locais e entidades de ensino, este guia propõe princípios, recomendações e ferramentas práticas que podem ser adaptadas a diferentes contextos. O seu objetivo último é contribuir para um ecoturismo que seja simultaneamente instrumento de conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, de valorização comunitária e de inovação social, colocando o território e o bem comum no centro das decisões.



# ECOTURISMO

O ecoturismo desenvolveu-se nas décadas de 1980 e 1990 como resposta crítica ao crescimento do turismo de massas e aos impactos negativos que este provocou em ecossistemas frágeis e nas comunidades locais (Ceballos-Lascuráin, 1987; Weaver, 2008; Buckley, 2009). Ao contrário do turismo convencional, frequentemente orientado para o consumo intensivo de recursos e para a maximização do número de visitantes, o ecoturismo propõe uma abordagem mais responsável, em que a natureza e as populações locais não sejam vistas como figurantes de um cenário e passam a assumir um papel central e ativo no processo turístico.

Desde as primeiras formulações do conceito, destacou-se a necessidade de articular três dimensões fundamentais: a conservação da natureza, a educação ambiental e o contributo efetivo para o desenvolvimento local (Ceballos-Lascuráin, 1987; Brandon, 1996; Quebec Declaration on Ecotourism, 2002). A definição mais amplamente utilizada a nível internacional, proposta pela International Union for Conservation of Nature (IUCN), caracteriza o ecoturismo como uma forma de turismo responsável em áreas naturais que contribui para a conservação do ambiente, promove o bem-estar das comunidades locais e integra atividades de interpretação e educação (IUCN, 1996). Esta definição consolidou-se como referência para políticas públicas e para a gestão de áreas protegidas, mantendo atualidade ao enfatizar que o ecoturismo deve gerar benefícios concretos e mensuráveis.

Ao longo das últimas décadas, a investigação científica reforçou a ideia de que o ecoturismo só pode ser considerado autêntico quando os seus impactos positivos superam claramente os negativos. Autores como Honey e Weaver alertam para o risco de banalização e uso abusivo do termo “ecoturismo”, através de práticas de *greenwashing*, em que atividades de turismo de natureza são promovidas como “eco” sem respeitarem princípios básicos de sustentabilidade, participação comunitária e responsabilidade ambiental (Honey, 2008; Weaver, 2008; Donohoe & Needham, 2006). Neste sentido, o ecoturismo deve ser entendido não como um nicho de mercado, mas como um instrumento de desenvolvimento sustentável, implicando o reinvestimento de parte das receitas na conservação e o envolvimento ativo das comunidades locais na tomada de decisões (Honey, 2008; Stronza & Durham, 2008).

Mais recentemente, o conceito de ecoturismo tem vindo a integrar novas dimensões relevantes, das quais se destaca a crescente atenção à ética associada ao bem-estar animal, particularmente no contexto da observação de vida selvagem (ABTA, 2024; World Animal Protection, 2023), bem como o seu potencial de transformação pessoal, ao promover experiências que aumentam a consciência ambiental e incentivam mudanças de comportamento (Fennell, 2020). A literatura sublinha ainda o contributo do ecoturismo para a justiça social e territorial, ao criar oportunidades económicas em territórios rurais e periféricos, e para o reforço da resiliência comunitária (Stronza & Durham, 2008; Brandão, 2024), sobretudo em contextos de despovoamento e de alterações climáticas. A interpretação é a atividade dos guias que, por palavras ou por outros meios, leva os visitantes a compreender melhor e a apreciar mais profundamente o património e as experiências nas quais participam (Ham, 2007). Quando algo adquire um maior valor para nós estamos mais dispostos a proteger esses valores, a evitar comportamentos que os possam danificar (por exemplo deixar lixo, apanhar plantas silvestres, acelerar veículos motorizados ou, simplesmente, fazer muito barulho num Parque Nacional ou numa pequena aldeia).

Os territórios onde se encontram uma parte significativa das áreas protegidas reúnem condições particularmente favoráveis ao desenvolvimento do ecoturismo, por concentrarem elevados valores naturais e culturais que justificam a sua classificação e proteção (Weaver, 2008; Buckley, 2009). A riqueza em biodiversidade, a presença de habitats sensíveis e a persistência de práticas culturais tradicionais tornam estes territórios especialmente adequados à implementação de modelos de turismo responsável, orientados para a conservação da natureza e para a valorização do património local. Contudo, estas mesmas áreas são também especialmente vulneráveis aos impactos do turismo convencional, sobretudo quando existe concentração excessiva de visitantes e ausência de uma gestão eficaz dos fluxos turísticos (Buckley, 2009).

O Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) constitui um exemplo paradigmático deste contexto. Criado em 1971, é a única área classificada como Parque Nacional em Portugal e alberga uma diversidade notável de habitats, incluindo matas autóctones, turfeiras, zonas de montanha e rios de elevada qualidade ecológica. Para além dos seus valores naturais, o PNPG distingue-se pela presença de um património cultural vivo, assente em práticas comunitárias como a vezeira e num vasto conjunto de saberes, usos do território e expressões culturais imateriais. Esta articulação entre natureza e cultura confere ao Parque um carácter singular, mas acrescenta também complexidade à sua gestão e à conciliação entre conservação, usos tradicionais e turismo.

O aumento da procura turística nos últimos anos intensificou problemas antigos, como a degradação ambiental em locais sensíveis, a acumulação de resíduos, a perturbação da fauna e os conflitos com atividades tradicionais. Ao mesmo tempo, revelou oportunidades importantes para a afirmação do ecoturismo no PNPG. A existência de empresas com certificação ambiental, iniciativas de restauração de pequena escala baseadas em produtos locais e sazonais, o reconhecimento crescente dos baldios como parceiros fundamentais na gestão das atividades turísticas e a valorização da interpretação cultural e ecológica são exemplos de oportunidades identificadas tanto pela investigação académica como pelos processos participativos desenvolvidos no território.

A investigação realizada no Campo do Gerês confirma que os atores locais distinguem claramente o ecoturismo do turismo de massas e reconhecem o seu potencial para valorizar práticas agrícolas e culturais, promover a regeneração comunitária e diversificar a economia local (Brandão, 2024). Exemplos como o turismo agrícola em Sistelo, o turismo cultural comunitário em Fafião ou as experiências de turismo criativo no Campo do Gerês demonstram que o ecoturismo pode funcionar como um processo de inovação social, reforçando a coesão comunitária, a identidade territorial e as redes de colaboração locais, para além da dimensão económica.

A governança assume-se, neste contexto, como um dos aspetos mais críticos para garantir a sustentabilidade do ecoturismo no PNPG (Bramwell & Lane, 2011; Brandão, 2024). Existem fragilidades na articulação entre empresas do ramo turístico, entidades gestoras e comunidades, na clareza das regras de acesso e uso do território e na capacidade de fiscalização de práticas ilegais. Em simultâneo, existem oportunidades relevantes, nomeadamente através de modelos de cogestão assentes nos baldios, da adesão a instrumentos como a Carta Europeia de Turismo Sustentável e do desenvolvimento de redes colaborativas regionais que permitam alinhar critérios e boas práticas. A literatura científica indica que a governança partilhada aumenta a legitimidade das decisões, reduz conflitos e contribui para uma gestão mais eficaz dos territórios.

O ecoturismo deve também ser analisado à luz das alterações climáticas (Brandão, 2024). Num território vulnerável como o PNPG, pode contribuir para a resiliência climática através da sensibilização de visitantes e comunidades para os impactos climáticos e da criação de economias alternativas que reduzam a pressão sobre práticas insustentáveis. Contudo, se não for devidamente planeado e gerido, pode igualmente agravar vulnerabilidades, aumentando emissões associadas à mobilidade, pressionando recursos hídricos em períodos críticos e introduzindo perturbações em áreas sensíveis.

Em síntese, o ecoturismo não é neutro nem automático nos seus benefícios, mas pode ser uma ferramenta eficaz de conservação e regeneração da natureza e de coesão e inovação social. O resultado alcançado depende do caminho realizado para lá chegar. É importante passar das ideias à experimentação de soluções no terreno, envolvendo os diferentes atores na sua definição e implementação, e persistindo na vontade de colaborar para fazer melhor pelos territórios, pelas suas gentes e pela sua natureza, promovendo boas experiências a quem visita as novas áreas protegidas. Foi o que fizemos no projeto Bem Comum, com a cocriação de experiências de ecoturismo.



# COCRIÇÃO

A cocriação em ecoturismo em baldios é um processo colaborativo que envolve, desde o início, isto é, antes de estar tudo definido, as comunidades locais, conselhos diretivos de baldios, operadores e empresas turísticas e entidades gestoras do território (Utter et al., 2021; Nogueira et al., 2023). Ao contrário de modelos tradicionais, baseados em decisões externas ao território, a cocriação assenta na corresponsabilização, na partilha de decisões e na adaptação contínua às realidades locais (Utter et al., 2021).

No contexto do Parque Nacional da Peneda-Gerês, a experiência do projeto *Bem Comum* demonstrou que a cocriação contribui para criar produtos turísticos mais legítimos, autênticos e resilientes. O envolvimento dos baldios revelou-se fundamental, não apenas enquanto entidades proprietárias e gestoras do território, mas como parceiros ativos na definição dos conteúdos, dos ritmos de visitação e das regras de utilização do espaço. Também o envolvimento de pessoas da comunidade local - agricultores, artesãos, donos de restaurantes - com interesse em diversificar os seus rendimentos e em dar a conhecer os seus modos de vida e saberes, acrescentou valor e sentido ao trabalho de criação de novas experiências turísticas.



O processo de cocriação deve ser entendido como um ciclo contínuo, e não como uma sequência rígida de etapas isoladas. Inicia-se com o conhecimento partilhado do território, passa pela organização e mediação do diálogo entre os diferentes atores, pela experimentação em pequena escala e pela implementação das atividades, mantendo sempre mecanismos de acompanhamento e melhoria contínua. A presença de facilitação adequada e de canais claros de comunicação é determinante para garantir que todas as vozes são ouvidas e que as decisões são compreendidas e partilhadas.

Em termos práticos, a cocriação em ecoturismo permite alinhar expectativas entre comunidades, empresas e visitantes. Dividindo tarefas e permitindo que cada parceiro contribua com aquilo que melhor sabe fazer, o resultado final é mais interessante e eficiente para quem está na oferta turística seja de forma profissional seja como atividade complementar. Por outro lado, essa construção cuidadosa e colaborativa entre vários parceiros permite chegar a propostas mais cativantes e mais ricas para os visitantes. Como todos se alinham com os princípios do ecoturismo, os produtos finais contribuem para reforçar a proteção dos valores naturais e culturais e assegurar que uma parte significativa dos benefícios económicos permanece no território. Para gestores de baldios e técnicos, esta abordagem oferece uma base sólida para autorizar, acompanhar e avaliar atividades turísticas, garantindo coerência com os objetivos de conservação e desenvolvimento local.



# BOAS PRÁTICAS DE ECOTURISMO

As boas práticas de ecoturismo aqui apresentadas resultam diretamente do trabalho desenvolvido no âmbito do projeto Bem Comum, em particular da Oficina Participativa de Ecoturismo, realizada em maio de 2025, que reuniu profissionais do turismo e investigadores com experiência direta em territórios de áreas protegidas.

O objetivo da oficina foi identificar, a partir da prática concreta no terreno, os fatores que distinguem uma oferta de ecoturismo comprometida com a conservação da natureza, o respeito pelas comunidades locais e a gestão responsável dos recursos comuns.

Os contributos recolhidos evidenciaram a importância de uma abordagem integrada, onde alojamento, restauração, animação turística e promoção institucional partilham princípios comuns de sustentabilidade, governança e ética.

As recomendações que se seguem são um conjunto de orientações operacionais, construídas de forma colaborativa, que procuram apoiar operadores, baldios, entidades públicas e comunidades locais na consolidação de práticas de ecoturismo alinhadas com os valores do bem comum, da cooperação e da valorização dos territórios comunitários.



## ALOJAMENTO SUSTENTÁVEL

O alojamento constitui, em muitos casos, o primeiro ponto de contacto do visitante com o território e influencia de forma decisiva a pegada ambiental da visita e a perceção de autenticidade da experiência. No ecoturismo, o alojamento deve integrar-se na paisagem, respeitar a identidade local e contribuir para a economia da comunidade.

As boas práticas passam pela reabilitação do edificado existente, privilegiando casas tradicionais e evitando novas construções que alterem a leitura da paisagem. A utilização de materiais locais e técnicas construtivas tradicionais, como o granito, a madeira autóctone ou a lousa, contribui para a coerência arquitetónica e para a valorização do património. A eficiência hídrica e energética deve ser promovida através de soluções simples e adaptadas ao contexto local, como o reaproveitamento de águas pluviais, painéis solares ou isolamento natural.

A gestão responsável de resíduos, com redução de plásticos descartáveis e incentivo à reciclagem e compostagem, é igualmente fundamental. Por fim, a integração comunitária - através do emprego de mão-de-obra local e da valorização de elementos culturais na receção dos visitantes - reforça a ligação entre alojamento, território e população.

No PNPG, unidades com certificações como a Green Key ou a Biosphere demonstram que é possível conciliar conforto, sustentabilidade e identidade local.

### FICHA SÍNTESE

#### OBJETIVO

Garantir que o alojamento contribui para a conservação do território, reforça a identidade local e gera benefícios duradouros para a comunidade.

#### BOAS PRÁTICAS ESSENCIAIS

- Reabilitar edifícios existentes, evitando novas construções que alterem a paisagem;
- Utilizar materiais locais e técnicas tradicionais (granito, madeira, lousa);
- Melhorar a eficiência hídrica e energética (reaproveitamento de águas pluviais, painéis solares, isolamento natural);
- Reduzir resíduos, eliminando plásticos descartáveis e promovendo reciclagem e compostagem;
- Empregar mão-de-obra local;
- Integrar elementos culturais na receção e decoração.

#### INTERPRETAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

- Informar os hóspedes sobre práticas sustentáveis adotadas pela unidade;
- Disponibilizar informação simples sobre o território, os baldios e as regras da área protegida.

#### GOVERNANÇA E ARTICULAÇÃO

- Articular com produtores, artesãos e operadores locais;
- Sempre que aplicável, integrar redes e certificações de sustentabilidade (ex.: Green Key, Biosphere);
- Respeitar regras de uso do solo e enquadramento territorial, em articulação com os baldios.

#### AVALIAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA

- Monitorizar consumos de água e energia e produção de resíduos;
- Recolher feedback dos hóspedes sobre conforto, autenticidade e sustentabilidade;
- Ajustar práticas com base nos resultados e no diálogo com parceiros locais.



## RESTAURAÇÃO E PRODUÇÃO LOCAL

A restauração é um dos principais veículos de transmissão cultural e de valorização do território. No contexto do ecoturismo, deve reforçar a ligação entre visitante, produtores locais e práticas agrícolas tradicionais.

As boas práticas incluem menus sazonais, baseados em produtos da época, como hortícolas locais, carnes, queijos e pão artesanal, bem como a utilização de circuitos curtos de comercialização, com aquisição direta a produtores e cooperativas. A valorização de receitas tradicionais e a transparência na comunicação da origem dos produtos contribuem para uma experiência mais autêntica e responsável.

Iniciativas inovadoras, como piqueniques ou refeições ao ar livre em pequena escala, permitem reduzir a pressão sobre estabelecimentos convencionais e criar oportunidades económicas para pequenos produtores locais.

### FICHA SÍNTESE

#### OBJETIVO

Valorizar a gastronomia como expressão cultural e motor da economia local, reduzindo impactos ambientais e reforçando circuitos curtos.

#### BOAS PRÁTICAS ESSENCIAIS

- Desenvolver menus sazonais, baseados em produtos da época;
- Comprar diretamente a produtores, cooperativas e pequenos transformadores locais;
- Valorizar receitas tradicionais e produtos identitários do território;
- Comunicar de forma transparente a origem dos alimentos;
- Criar formatos de pequena escala (piqueniques, brunches), reduzindo pressão sobre estabelecimentos convencionais.

#### INTERPRETAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

- Explicar aos visitantes a origem dos produtos e os ciclos agrícolas associados;
- Integrar histórias locais, saberes tradicionais e práticas comunitárias na experiência gastronómica.

#### GOVERNANÇA E ARTICULAÇÃO

- Trabalhar em rede com agricultores, baldios e operadores turísticos;
- Respeitar regras de utilização de espaços comunitários e naturais;
- Garantir o alinhamento com estratégias locais de sustentabilidade.

#### AVALIAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA

- Avaliar a percentagem de produtos adquiridos localmente;
- Recolher opinião dos clientes sobre autenticidade, qualidade e impacto percebido;
- Ajustar menus e fornecedores em função da sazonalidade e do feedback.



## ANIMAÇÃO TURÍSTICA, INTERPRETAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A animação turística constitui o núcleo do ecoturismo. É através das atividades e experiências que os visitantes contactam com a natureza, compreendem as práticas culturais locais e desenvolvem uma relação mais consciente com o território. No ecoturismo, a animação turística deve integrar, de forma indissociável, a interpretação e a educação ambiental, indo além do simples entretenimento.

As boas práticas passam pela realização de atividades com grupos pequenos, reduzindo impactos e aumentando a qualidade da experiência, e pela criação de experiências participativas, onde o visitante assume um papel ativo. A integração entre natureza e cultura é central, cruzando paisagem, biodiversidade, usos tradicionais do território e conhecimento local. Cada atividade deve ser encarada como uma oportunidade de aprendizagem, promovendo a reflexão, o respeito e a ligação emocional à natureza.

Os guias desempenham um papel fundamental enquanto intérpretes da paisagem e mediadores entre visitantes, comunidades e valores naturais. Devem possuir formação adequada e utilizar linguagem clara, acessível e adaptada aos diferentes públicos.

Devem ser excluídas práticas de elevado impacto ambiental, como a circulação de veículos motorizados em zonas sensíveis, o campismo não autorizado ou atividades incompatíveis com os objetivos de conservação.

A observação de vida selvagem é uma das atividades mais procuradas no ecoturismo, mas também uma das mais sensíveis do ponto de vista ético e ecológico. Deve ser cuidadosamente planeada para garantir o bem-estar dos animais, a integridade dos habitats e a segurança dos visitantes.

A observação deve ocorrer sempre a uma distância que não altere o comportamento natural das espécies, recorrendo a binóculos ou teleobjetivas. O contacto direto, a alimentação ou a manipulação de animais são incompatíveis com o ecoturismo responsável. Deve igualmente evitar-se o uso de sons artificiais, iluminação intensa e a realização de atividades em períodos sensíveis, como a reprodução, a nidificação ou a migração.

Neste contexto, o Código de Conduta do ICNF para a visitação de áreas protegidas constitui uma referência essencial para operadores, guias e visitantes. Este código estabelece princípios gerais de comportamento responsável, como o respeito pela sinalização e pelos percursos autorizados, a não perturbação da fauna e da flora, a correta gestão de resíduos e o cumprimento das regras específicas de cada área protegida. A sua divulgação e aplicação prática devem ser entendidas como parte integrante da animação turística responsável no PNPG. Como leitura complementar, recomenda-se a consulta de guidelines internacionais de referência, como as *ABTA Animal Welfare Guidelines*.

A integração de iniciativas de ciência cidadã, como a recolha de dados sobre fauna, flora ou espécies invasoras, pode reforçar o envolvimento dos visitantes e contribuir para o conhecimento do território, desde que devidamente enquadrada, supervisionada e articulada com as entidades competentes.



## FICHA SÍNTESE

### OBJETIVO

Criar experiências de ecoturismo educativas, participativas e de baixo impacto, alinhadas com os objetivos de conservação e com as comunidades locais.

### BOAS PRÁTICAS ESSENCIAIS

- Trabalhar com grupos pequenos e ritmos adequados ao território;
- Desenvolver experiências participativas, envolvendo ativamente os visitantes;
- Integrar natureza e cultura: paisagem, biodiversidade, usos tradicionais e histórias locais;
- Excluir práticas de elevado impacto ambiental;
- Cumprir e divulgar o Código de Conduta do ICNF para visitação de áreas protegidas.

### INTERPRETAÇÃO E EDUCAÇÃO

- Garantir formação adequada a guias;
- Utilizar materiais simples de apoio (mapas, objetos, fotografias, aplicações);
- Promover momentos de reflexão e ligação emocional   natureza;
- Integrar iniciativas de ciência cidadã.

### GOVERNANÇ A E ARTICULAÇ  O

- Garantir autorização e enquadramento das atividades em terrenos comunitários;
- Trabalhar em articulação com baldios, ICNF, autarquias e outros operadores;
- Definir protocolos claros para atividades regulares.

### AVALIAÇ  O E MELHORIA CONTÍNUA

- Recolher feedback sistemático dos participantes;
- Avaliar impactos no terreno e ajustar percursos, conteúdos e ritmos;
- Rever atividades em conjunto com comunidades e parceiros institucionais.

A NATUREZA  
N  O   UM  
LUGAR PARA  
VISITAR.  
É A NOSSA CASA.



## PROMOÇÃO TURÍSTICA RESPONSÁVEL POR ENTIDADES PÚBLICAS

A promoção turística influencia de forma direta os fluxos de visitantes, os comportamentos no território e a percepção da experiência. Em áreas protegidas, a comunicação institucional deve estar alinhada com os objetivos de conservação da natureza, valorização cultural e bem-estar das comunidades locais, assumindo um papel ativo na promoção de modelos de visitação responsáveis.

Uma promoção turística responsável deve privilegiar a qualidade da experiência em detrimento da quantidade de visitantes. Em vez de centrar a comunicação em locais específicos e icónicos, deve valorizar experiências mediadas, interpretativas e de pequena escala, distribuindo a visitação no tempo e no espaço. As métricas de sucesso não se devem basear no número de visitantes, mas integrar critérios como respeito pelo território, satisfação dos visitantes e contributo para a economia local e para a educação ambiental.

As comunidades locais e os baldios devem ocupar um lugar central na narrativa do território. A promoção deve dar visibilidade às práticas culturais vivas, aos saberes locais e às iniciativas comunitárias, reconhecendo o papel das populações na gestão e conservação do território. É importante evitar abordagens estereotipadas ou excessivamente simplificadas, que reduzam o território a um produto turístico.

A promoção institucional deve também apoiar operadores e iniciativas alinhados com princípios de sustentabilidade, evitando a divulgação de atividades ilegais ou de impacto negativo. A articulação com instrumentos como a Carta Europeia de Turismo Sustentável e com sistemas de certificação ambiental contribui para reforçar a coerência e a credibilidade da oferta. A comunicação das regras e dos limites do território é parte integrante da promoção turística. A informação sobre boas práticas de visitação, zonas sensíveis e comportamentos esperados deve ser clara, acessível e integrada nos materiais promocionais, contribuindo para a prevenção de impactos negativos. A utilização de imagens e mensagens deve ser feita de forma responsável, evitando a promoção de comportamentos de risco ou de situações de sobrelotação. Sempre que possível, as imagens devem ser contextualizadas e transmitir uma relação respeitosa entre visitantes, comunidades e natureza.

Por fim, a promoção turística deve ser articulada com a gestão do território, em coordenação com o ICNF, autarquias, baldios e operadores locais, e integrada numa visão de longo prazo. Tal como nos restantes setores do ecoturismo, a promoção pública deve contribuir para a conservação do território, a valorização das comunidades e a construção de experiências autênticas e sustentáveis.



## FICHA SÍNTESE

### OBJETIVO

Garantir que a estratégia de promoção turística do território contribui para a conservação da natureza, o bem-estar das comunidades locais e a qualidade da experiência do visitante, evitando a massificação e a degradação dos valores naturais e culturais.

### ALINHAR A PROMOÇÃO COM OS OBJETIVOS DE CONSERVAÇÃO

- Assegurar que toda a comunicação turística é coerente com os objetivos de conservação da área protegida;
- Evitar promover locais sensíveis sem enquadramento adequado ou sem capacidade para receber grandes fluxos de visitantes;
- Privilegiar a promoção de experiências mediadas, interpretativas e de pequena escala.

### PRIORIZAR QUALIDADE EM VEZ DE QUANTIDADE

- Evitar métricas baseadas exclusivamente no número de visitantes como indicador de sucesso;
- Valorizar indicadores como qualidade da experiência, respeito pelo território e contributo para a economia local;
- Comunicar claramente que o ecoturismo privilegia grupos pequenos e visitações responsáveis.

### INTEGRAR AS COMUNIDADES LOCAIS NA NARRATIVA

- Dar visibilidade às comunidades, aos baldios e às práticas culturais vivas como parte central da identidade do território;
- Promover histórias reais, saberes locais e iniciativas comunitárias, evitando abordagens estereotipadas ou encenadas;
- Reconhecer publicamente o papel das comunidades na gestão e conservação do território.

### PROMOVER OPERADORES E INICIATIVAS RESPONSÁVEIS

- Dar destaque a operadores que cumpram princípios de sustentabilidade, tenham certificações ou atuem em articulação com comunidades locais;
- Evitar promover atividades ilegais ou de impacto negativo;
- Incentivar a adesão a redes e instrumentos como a Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS).

### COMUNICAR REGRAS E LIMITES DE FORMA CLARA

- Integrar, de forma visível, informação sobre regras de visitação, limitações de acesso e boas práticas de conduta;
- Informar sobre zonas sensíveis, épocas críticas e restrições existentes;
- Utilizar linguagem clara e acessível, evitando mensagens ambíguas ou contraditórias.

### UTILIZAR IMAGENS E MENSAGENS DE FORMA RESPONSÁVEL

- Evitar imagens que incentivem comportamentos de risco, sobrelotação ou práticas proibidas;
- Privilegiar imagens que mostrem respeito pelo território, grupos pequenos e interação consciente com a natureza;
- Contextualizar sempre as imagens, explicando quando e como os locais devem ser visitados.

### ARTICULAR PROMOÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

- Coordenar ações de promoção com ICNF, autarquias, baldios e operadores locais;
- Ajustar campanhas promocionais à capacidade de carga e à época do ano;
- Evitar promover locais sem consulta das comunidades e locais de elevada sensibilidade.

### APOSTAR NA EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

- Integrar mensagens de educação ambiental e cultural nas campanhas promocionais;
- Explicar ao visitante o seu papel na conservação do território;
- Utilizar a promoção como ferramenta de mudança de comportamentos e não apenas de atração de visitantes.

### AVALIAR IMPACTOS DA PROMOÇÃO TURÍSTICA

- Monitorizar os efeitos das campanhas na distribuição de visitantes e na pressão sobre locais sensíveis;
- Recolher feedback de comunidades, baldios e operadores locais;
- Ajustar estratégias promocionais com base nos impactos observados.

### PROMOVER UMA VISÃO DE LONGO PRAZO

- Integrar a promoção turística em estratégias mais amplas de desenvolvimento sustentável, agricultura, floresta e ordenamento do território;
- Evitar campanhas pontuais descontextualizadas que criem picos de procura difíceis de gerir;
- Reforçar uma imagem do território assente na autenticidade, na conservação e no respeito pelas comunidades.



## DIMENSÕES TRANSVERSAIS

### AVALIAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA

A sustentabilidade das atividades de ecoturismo depende de processos regulares de avaliação e aprendizagem. Recomenda-se a recolha sistemática de feedback dos visitantes, a autoavaliação por parte dos operadores e momentos periódicos de avaliação participativa com comunidades, gestores de baldios e técnicos.

A divulgação transparente dos resultados e das medidas de melhoria adotadas contribui para reforçar a confiança entre todos os envolvidos e para promover uma gestão adaptativa, ajustada às dinâmicas do território.

### GOVERNANÇA E REDES DE COOPERAÇÃO

A governança é uma dimensão transversal essencial para a sustentabilidade a longo prazo do ecoturismo. Qualquer atividade em terrenos comunitários deve ser autorizada e enquadrada em protocolos claros com os baldios. A articulação entre ICNF, autarquias, operadores e conselhos diretivos é fundamental para garantir regras consistentes, fiscalização eficaz e coerência na promoção do território.

A criação de redes de operadores responsáveis e a integração em programas como a Carta Europeia de Turismo Sustentável ou certificações ambientais reforçam a qualidade e a credibilidade da oferta. No âmbito da Oficina Participativa de Ecoturismo de 2025, foi proposta a criação de uma rede de operadores ecoturísticos do PNPG, assente em princípios comuns de sustentabilidade e cooperação institucional.

# RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

As recomendações que se apresentam de seguida resultam da articulação entre investigação científica, trabalho de campo e aprendizagem coletiva desenvolvida no âmbito do projeto Bem Comum, bem como da análise da literatura sobre ecoturismo em áreas protegidas. Não pretendem constituir um conjunto rígido de normas, mas antes um referencial prático, adaptável a diferentes contextos territoriais, em particular aqueles onde os baldios desempenham um papel central na gestão do espaço, dos recursos naturais e das práticas comunitárias.

Partindo do princípio de que o ecoturismo só é sustentável quando assenta na cocriação, na governação partilhada e no respeito pelos limites ecológicos e sociais do território, estas recomendações procuram clarificar papéis, responsabilidades e boas práticas para os diferentes atores envolvidos. O foco recai na valorização dos baldios enquanto estruturas coletivas fundamentais para a conservação da natureza, a gestão do território e o desenvolvimento comunitário, contribuindo para que o ecoturismo em áreas protegidas gere benefícios reais para os ecossistemas, para as comunidades locais e para a qualidade da experiência dos visitantes, numa perspetiva de longo prazo.



## OPERADORES TURÍSTICOS

### 1. ALINHAR AS ATIVIDADES COM OS PRINCÍPIOS DO ECOTURISMO

- Procurar que cada atividade contribua para a conservação da natureza, gere benefícios para a comunidade local e inclua momentos de interpretação e aprendizagem;
- Evitar atividades motorizadas ou de grande escala em zonas sensíveis, privilegiando experiências de pequena escala e baixo impacto.

### 2. TRABALHAR EM PARCERIA COM AS COMUNIDADES LOCAIS

- Estabelecer acordos claros com os conselhos diretivos de baldios sempre que as atividades decorrem em terrenos comunitários;
- Integrar agricultores, artesãos e guias locais como parceiros ativos, valorizando o conhecimento e a experiência do território.

### 3. COMUNICAR DE FORMA TRANSPARENTE E RESPONSÁVEL

- Explicar claramente aos visitantes os objetivos das experiências, os seus limites e as regras de participação;
- Evitar mensagens promocionais excessivas que incentivem fluxos massificados e expectativas irrealistas.

### 4. APOSTAR NA FORMAÇÃO CONTÍNUA

- Investir na formação de guias e equipas em interpretação ambiental e cultural;
- Atualizar regularmente conhecimentos sobre biodiversidade, património local e regras de visitação das áreas protegidas.

## INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

(ICNF, AUTARQUIAS, TURISMO REGIONAL)

### 1. DEFINIR LIMITES E CAPACIDADES DE CARGA

- Estabelecer limites de visitantes em locais mais sensíveis, como lagoas e cascatas;
- Criar, quando necessário, sistemas simples de reserva ou de quotas.

### 2. REFORÇAR A FISCALIZAÇÃO E A INFORMAÇÃO NO TERRENO

- Aumentar a presença de vigilantes e técnicos nas áreas mais pressionadas;
- Melhorar a sinalização e a comunicação das regras e boas práticas para os visitantes.

### 3. APOIAR OPERADORES COMPROMETIDOS COM A SUSTENTABILIDADE

- Facilitar encontros regulares entre operadores, baldios e técnicos do ICNF;
- Apoiar processos de certificação e adesão a iniciativas como a CETS, Biosphere ou Green Key.

### 4. PROMOVER A COORDENAÇÃO INTERMUNICIPAL

- Reforçar a articulação entre os municípios das áreas protegidas;
- Desenvolver campanhas conjuntas de sensibilização e promoção sustentável do território.

## GESTORES DE BALDIOS

### 1. REFORÇAR O PAPEL DOS CONSELHOS DIRETIVOS

- Criar procedimentos claros para a autorização e acompanhamento das atividades turísticas;
- Definir critérios simples de sustentabilidade a cumprir pelos operadores que atuam nos baldios.

### 2. VALORIZAR O PATRIMÓNIO COMUNITÁRIO

- Integrar práticas como as vezeiras, os socalcos ou as festas locais em percursos e atividades de interpretação;
- Incentivar a transmissão intergeracional de saberes e práticas tradicionais.

### 3. PROMOVER UMA GESTÃO ECONÓMICA TRANSPARENTE

- Canalizar parte das receitas geradas pelo turismo para fundos comunitários de conservação ambiental e patrimonial;
- Tornar público o uso dessas receitas, reforçando a confiança e a participação da comunidade.

## COMUNIDADES LOCAIS

### 1. PARTICIPAR ATIVAMENTE NOS PROCESSOS DE COCRIAÇÃO

- Envolver-se em diagnósticos, oficinas e experiências piloto;
- Assumir um papel de protagonistas na definição das atividades, e não apenas de fornecedores de serviços.

### 2. VALORIZAR E PARTILHAR O PATRIMÓNIO CULTURAL

- Transmitir saberes ligados à agricultura, aos usos das plantas, às histórias e tradições locais;
- Criar ou dinamizar espaços comunitários de memória viva, como centros interpretativos, exposições ou ações de formação.

### 3. PROMOVER UMA DISTRIBUIÇÃO JUSTA DOS BENEFÍCIOS

- Acompanhar a forma como as receitas do turismo são distribuídas no território;
- Apoiar iniciativas e empreendedores locais ligados ao turismo sustentável.



## INVESTIGAÇÃO E ENSINO

### 1. CONTRIBUIR PARA A MONITORIZAÇÃO CONTÍNUA

- Desenvolver indicadores simples de impacto ambiental, social e económico;
- Trabalhar em conjunto com operadores, baldios e comunidades, incluindo iniciativas de ciência cidadã.

### 2. PRODUZIR CONHECIMENTO ÚTIL PARA O TERRITÓRIO

- Orientar a investigação para questões práticas identificadas pelas comunidades e gestores locais;
- Apoiar processos de tomada de decisão com base em evidência científica.

### 3. DIVULGAR RESULTADOS DE FORMA ACESSÍVEL

- Comunicar os resultados da investigação em linguagem clara e em formatos úteis, como guias, relatórios-síntese ou workshops.

## ESTRATÉGIAS TRANSVERSAIS

### 1. REFORÇAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM VÁRIOS IDIOMAS

- Produzir materiais em português e noutras línguas relevantes para os visitantes;
- Adaptar conteúdos a diferentes públicos, como escolas, turistas e operadores.

### 2. USAR FERRAMENTAS DIGITAIS DE FORMA EQUILIBRADA

- Utilizar QR codes ou plataformas digitais para apoiar a interpretação;
- Evitar a excessiva dependência da tecnologia, preservando a experiência direta de contacto com a natureza.

### 3. PARTICIPAR EM REDES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

- Integrar fóruns e redes de ecoturismo a nível europeu e mediterrânico;
- Trocar experiências com outras áreas protegidas de montanha.

### 4. PLANEAR A LONGO PRAZO

- Articular o ecoturismo com políticas de agricultura, floresta e ordenamento do território;
- Definir objetivos claros de regeneração ecológica e comunitária.

# CHECKLIST PRÁTICO DE COCRIAÇÃO EM ECOTURISMO

## (DO DIAGNÓSTICO À MELHORIA CONTÍNUA) ✓

A experiência desenvolvida no âmbito do projeto Bem Comum demonstrou que muitas das fragilidades associadas às atividades turísticas em áreas protegidas resultam da ausência de processos estruturados de diagnóstico, planeamento e acompanhamento, bem como da insuficiente integração dos atores locais, em particular dos baldios enquanto entidades centrais na gestão do território e dos recursos naturais.

A checklist que se apresenta de seguida foi concebida como uma ferramenta prática de apoio à ação, pensada para ser utilizada por operadores turísticos, gestores de baldios, técnicos e comunidades locais. Organizada de forma sequencial - do diagnóstico inicial à melhoria contínua - permite orientar processos de cocriação de forma simples, transparente e adaptável a diferentes contextos. Não se trata de um modelo rígido, mas de um referencial operativo que ajuda a garantir que as atividades de ecoturismo são concebidas com conhecimento do território, participação efetiva da comunidade, respeito pelos limites ecológicos e capacidade de aprendizagem ao longo do tempo.

## 1. DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DO TERRITÓRIO

Antes de conceber qualquer atividade, é fundamental conhecer bem o território e envolver os principais atores desde o início.

### RECURSOS NATURAIS

- Identificar habitats relevantes e áreas sensíveis;
- Identificar espécies emblemáticas ou vulneráveis;
- Registar problemas ambientais existentes (ex.: invasoras, erosão de trilhos).

### RECURSOS CULTURAIS

- Identificar práticas comunitárias vivas (agricultura, pastorícia, festividades);
- Registar património material (construções, abrigos de pastor, fojos, silhas) e imaterial (histórias locais, oralidades, usos tradicionais de plantas);
- Inventariar infraestruturas comunitárias disponíveis (espigueiros, eiras, caminhos antigos).

### ATORES DO TERRITÓRIO

- Contactar e envolver o conselho diretivo de baldios;
- Identificar agricultores, pastores, artesãos e outros detentores de saber local;
- Convidar operadores turísticos locais;
- Informar instituições públicas relevantes (ICNF, autarquias).

### RISCOS E OPORTUNIDADES

- Identificar locais com risco de massificação;
- Antecipar possíveis conflitos de uso do território;
- Registar oportunidades de valorização local (produtos, paisagens, saberes).

## 2. PLANEAMENTO COLABORATIVO

Com base no diagnóstico, devem ser definidos objetivos claros e partilhados.

- Realizar reuniões ou oficinas comunitárias com os diferentes atores;
- Definir objetivos comuns (educação, conservação, rendimento local);
- Garantir equilíbrio entre viabilidade económica e autenticidade cultural;
- Envolver formalmente os baldios desde a fase inicial de planeamento.

## 3. FACILITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

A forma como o processo é conduzido influencia diretamente a qualidade dos resultados.

- Garantir mediação imparcial entre interesses e expectativas;
- Utilizar linguagem clara, evitando jargão técnico excessivo;
- Recorrer a ferramentas participativas (mapas comunitários, dinâmicas de grupo, história oral);
- Criar espaços seguros para escuta ativa e decisão conjunta.

## 4. OFICINAS COMUNITÁRIAS (GUIÃO DE REFERÊNCIA)

As oficinas são momentos-chave da cocriação e devem ser bem estruturadas.

### 1. ACOLHIMENTO E APRESENTAÇÃO (≈15 min)

- Explicar objetivos da oficina;
- Reforçar a importância da participação comunitária.

### 2. MAPEAMENTO PARTICIPATIVO (≈30 min)

- Identificar locais importantes e problemas no território;
- Registrar saberes, histórias e tradições partilhadas.

### 3. GERAÇÃO DE IDEIAS (≈45 min)

- Recolher ideias para experiências de ecoturismo;
- Discutir e hierarquizar ideias segundo relevância e viabilidade.

### 4. PLANEAMENTO COLABORATIVO (≈45 min)

- Definir objetivos das propostas;
- Identificar parceiros, necessidades logísticas e formativas.

### 5. SÍNTESE E PRÓXIMOS PASSOS (≈15 min)

- Clarificar compromissos assumidos;
- Planear uma experiência-piloto ou teste em pequena escala.

## 5. EXPERIMENTAÇÃO (FASE PILOTO)

Antes da implementação regular, é importante testar a atividade.

- Testar a atividade com grupos pequenos e controlados;
- Avaliar logística, segurança, percursos e tempos;
- Recolher feedback de participantes, guias e comunidade local;
- Ajustar conteúdos, ritmos e formatos.

## 6. IMPLEMENTAÇÃO RESPONSÁVEL

Após os ajustes, a atividade pode avançar para implementação regular.

- Estabelecer protocolos claros com baldios e parceiros locais;
- Integrar a atividade em redes ou instrumentos de sustentabilidade (ex.: CETS, certificações);
- Assegurar o cumprimento de Planos de Ordenamento e da legislação aplicável.

## 7. REGISTO E RELATÓRIO PÓS-ATIVIDADE

Cada atividade deve gerar aprendizagem partilhada.

### INFORMAÇÃO BÁSICA

- Nome da atividade, data e local;
- Número de participantes;
- Parceiros envolvidos.

### RESULTADOS OBSERVADOS

- Objetivos atingidos (com breve justificação);
- Impactos ambientais;
- Impactos sociais;
- Impactos económicos.

### INFORMAÇÃO VISUAL E GEOGRÁFICA

- Percursos realizados ou áreas intervencionadas;
- Fotografias da atividade.

### FEEDBACK E PRÓXIMOS PASSOS

- Comentários dos participantes;
- Sugestões de melhoria;
- Ajustes e calendarização futura.

## 8. MONITORIZAÇÃO E INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Acompanhar os impactos ao longo do tempo é essencial.

### INDICADORES AMBIENTAIS

- Área intervencionada ou espécies invasoras removidas;
- Estado dos trilhos antes e depois;
- Consumo aproximado de água e energia por participante.

### INDICADORES SOCIAIS

- Número de membros da comunidade envolvidos;
- Grau de satisfação da comunidade;
- Número de práticas ou tradições valorizadas.

### INDICADORES ECONÓMICOS

- Receita total da atividade;
- Percentagem da receita retida localmente;
- Número de produtores ou fornecedores locais envolvidos.

## 9. COMUNICAÇÃO RESPONSÁVEL

A comunicação deve contribuir para a sustentabilidade da atividade.

- Utilizar linguagem clara, honesta e acessível;
- Destacar contributos para a conservação e a comunidade;
- Evitar mensagens e imagens que incentivem a massificação;
- Informar claramente sobre regras de ordenamento e existência de códigos de conduta;
- Explicar regras de boa conduta, incluindo na observação de fauna;
- Promover grupos pequenos e, quando adequado, reserva prévia.

## 10. AUTOAVALIAÇÃO PERIÓDICA

Avaliar regularmente ajuda a melhorar a prática.

### ESCALA DE 1 (MUITO FRACO) A 5 (MUITO BOM)

- Impacto ambiental minimizado (1) (2) (3) (4) (5)
- Participação e benefício comunitário (1) (2) (3) (4) (5)
- Respeito e valorização cultural (1) (2) (3) (4) (5)
- Retorno económico justo (1) (2) (3) (4) (5)
- Valor educativo da experiência (1) (2) (3) (4) (5)

# ATIVIDADES EXPERIMENTADAS NO PROJETO BEM COMUM

As atividades desenvolvidas no âmbito do projeto Bem Comum constituem exemplos práticos de como os princípios do ecoturismo podem ser aplicados no terreno, em articulação com comunidades locais, baldios, operadores e entidades públicas. Mais do que produtos turísticos acabados, estas experiências devem ser entendidas como processos de aprendizagem coletiva, testados em pequena escala, que permitiram experimentar modelos de cocriação, avaliar impactos e ajustar práticas.

Os casos apresentados refletem diferentes contextos do Parque Nacional da Peneda-Gerês e demonstram a diversidade de abordagens possíveis no ecoturismo em áreas de montanha. Em comum, todos partem do reconhecimento dos valores naturais e culturais do território e da centralidade das comunidades locais enquanto detentoras de conhecimento, práticas e formas de organização fundamentais para a gestão e valorização do espaço.

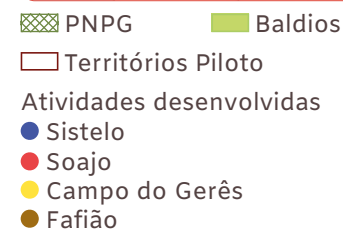
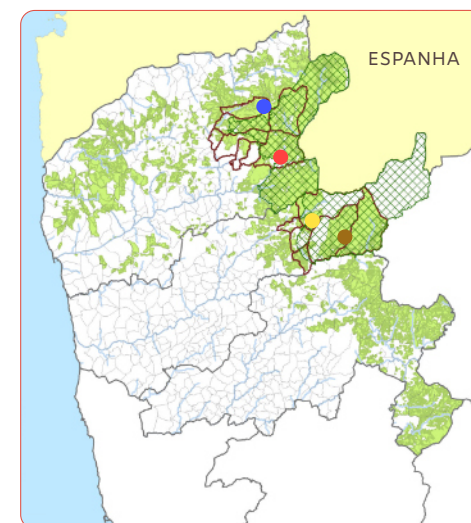
Estas experiências ilustram como o ecoturismo pode assumir múltiplas formas: caminhadas interpretativas centradas em saberes tradicionais, atividades agrícolas participativas, ações de conservação da natureza associadas à criação artística ou experiências imersivas ligadas a práticas comunitárias ainda vivas. Em todos os casos, o envolvimento de pessoas das comunidades na interação com os turistas e na interpretação, a participação ativa dos visitantes e o respeito pelos ritmos e limites do território foram elementos centrais.

Os casos aqui descritos permitem também identificar desafios recorrentes, como a necessidade de adaptar linguagens a públicos diversos, garantir segurança e conforto sem descaracterizar as práticas locais, gerir expectativas dos visitantes e assegurar que o número de participantes é compatível com a conservação dos recursos e com a qualidade da experiência.

As lições aprendidas ao longo do projeto reforçam a importância da experimentação, da avaliação contínua e do ajustamento progressivo das atividades.

Desta forma, foram cocriadas com as comunidades locais quatro experiências (ver mapa). As duas atividades desenvolvidas em Campo do Gerês/Covide e em Fafião foram dinamizadas e facilitadas pela Keen Tours. A Explore Iberia dinamizou e facilitou as duas atividades desenvolvidas no Soajo e em Sistelo.

Estas experiências são apresentadas nas fichas que se seguem e o seu propósito não é fornecer modelos rígidos a replicar, mas sim inspirar outros territórios, comunidades e empresas de animação turística a desenvolver iniciativas próprias, adaptadas às suas realidades, sempre assentes nos princípios da cocriação, da sustentabilidade e da valorização do bem comum.



## BALDIOS DO SOAJO - UMA VIAGEM DO PASSADO AO FUTURO



### TERRITÓRIO E ENQUADRAMENTO

O Soajo situa-se no sector oriental do Parque Nacional da Peneda-Gerês e constitui um dos exemplos mais representativos da articulação entre património natural, arquitetura tradicional e organização comunitária do território. Os baldios do Soajo desempenham um papel central na gestão coletiva dos recursos, mantendo vivas práticas agrícolas, pastoris e um vasto património de conhecimento associado à flora local.



O saber sobre plantas medicinais, alimentares e rituais, e as histórias sobre usos e tradições ligados à serra, transmitidos oralmente, constituem um património imaterial de elevado valor, mas vulnerável à perda, devido ao envelhecimento da população e à quebra da transmissão intergeracional. Este contexto oferece condições particularmente favoráveis ao desenvolvimento de experiências de ecoturismo centradas na valorização do conhecimento local.

### DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

A atividade consistiu numa caminhada interpretativa em território de baldio, orientada para dar a conhecer as tradições de uso comunitário das áreas serranas, a identificação de flora e fauna autóctone e uma leitura sobre o modo como a comunidade se tem relacionado com a serra, através das memórias dos antigos mas também dos desafios que os habitantes atuais enfrentam na conservação da floresta e biodiversidade autóctone. O percurso foi estruturado de forma a cruzar leitura ecológica, história local e práticas

comunitárias, privilegiando o diálogo e a escuta ativa. Os visitantes contribuem para a conservação de espécies autóctones através de ações de restauro ecológico no baldio. Segue-se um momento de convívio e de refeição em comum num pequeno bosque, confeccionada localmente.

A experiência foi concebida como um momento de aprendizagem partilhada, evitando formatos expositivos ou excessivamente técnicos, e respeitando os ritmos da comunidade e do território.

### ENTIDADES DINAMIZADORAS

- **Explore Iberia**  
Coordenação geral da experiência;
- **Oficina da Moura**  
Co-criação e orientação da experiência;
- **Conselho Diretivo do Baldio do Soajo**  
Enquadramento territorial e autorização.

### OBJETIVOS DA EXPERIÊNCIA

- Valorizar o património natural e imaterial associado à flora e à fauna autóctones;
- Reforçar o papel da comunidade como guardiã e transmissora de saberes;
- Promover educação ambiental ancorada no território;
- Criar uma experiência de baixo impacto ambiental e elevada densidade cultural.

### CONTEÚDOS A TRANSMITIR

- Identificação de espécies autóctones e habitats associados;
- Usos tradicionais das plantas (medicina popular, alimentação, rituais);
- Relação entre as práticas agrícolas, as práticas de gestão comunitária da floresta, a biodiversidade e a paisagem;
- Importância dos baldios na gestão coletiva do território.

### MODELO DE GOVERNANÇA

- Atividade autorizada e acompanhada pelo conselho diretivo do baldio;
- Comunidade local envolvida na definição dos percursos e como mediadora de conteúdos;
- Empresa de animação turística como facilitadora e responsável pela promoção, relação com o cliente e garantias formais;
- Cumprimento do regulamento do PNPG e princípios de baixo impacto ambiental.

### BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

- Cointerpretação entre conhecimento científico e saber popular;
- Grupos pequenos e linguagem acessível;
- Respeito pelos locais e pelos tempos da comunidade;
- Ausência de encenação ou apropriação cultural.



# SOCALCO EXPERIENCE - DA MONTANHA AO VALE



## TERRITÓRIO E ENQUADRAMENTO

Sistelo é amplamente conhecido pela sua paisagem agrícola em socalcos, construída ao longo de séculos de trabalho comunitário intensivo. Estes socalcos desempenham funções produtivas, ecológicas e culturais fundamentais, regulando a água, protegendo os solos e estruturando a paisagem.



Apesar do reconhecimento patrimonial, a continuidade desta paisagem depende da manutenção das práticas agrícolas tradicionais, atualmente ameaçadas pelo despovoamento, envelhecimento dos agricultores e abandono dos campos. Neste contexto, o ecoturismo surge como ferramenta complementar para apoiar a agricultura, desde que não substitua nem descaracterize o trabalho agrícola.



## DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

A **Socalco Experience** foi concebida como um ciclo anual de experiências participativas, acompanhando diferentes fases do cultivo nos socalcos (e.g. milho, feijão, batata) e as diversas tarefas envolvidas como a sementeira, rega, colheita. Os visitantes participam em tarefas agrícolas adaptadas, percorrem o território com interpretação da paisagem e partilham momentos de convívio e alimentação com produtos locais.

O visitante é envolvido como participante ativo na manutenção da paisagem, contribuindo de forma concreta para o território, descobrindo num contacto intimista com os agricultores e compartes do baldio os

segredos da conservação das sementes e das variedades regionais, dos regadios tradicionais, da ligação entre os recursos da serra e as práticas pastoris e de produção alimentar.

## ENTIDADES DINAMIZADORAS

- **Explore Iberia**  
Coordenação geral da experiência;
- **Agricultores locais de Sistelo**  
Condução das práticas agrícolas e propostas gastronómicas com produtos locais;
- **Conselho Diretivo do Baldio de Sistelo**  
Enquadramento territorial e autorização.

## OBJETIVOS DA EXPERIÊNCIA

- Contribuir para a conservação ativa dos socalcos;
- Valorizar variedades agrícolas tradicionais;
- Criar experiências autênticas e participativas;
- Gerar rendimento complementar para agricultores.

## CONTEÚDOS A TRANSMITIR

- Funcionamento dos socalcos e do sistema agrícola tradicional;
- Ciclo anual das culturas de montanha;
- Relação entre agricultura, solo, água e biodiversidade;
- Desafios contemporâneos da agricultura de montanha e das tradições comunitárias.

## MODELO DE GOVERNANÇA

- Liderança dos agricultores e do baldio local;
- Operadores turísticos em articulação direta com produtores;
- Protocolos claros para uso do território;
- Reinvestimento local de parte das receitas.

## BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

- Turismo participativo com contributo real;
- Integração entre agricultura, paisagem e gastronomia;
- Escala reduzida e acompanhamento próximo;
- Respeito pelos ritmos produtivos.

# NATURE & ART - CREATIVE ACTION FOR ECOLOGICAL REGENERATION



## TERRITÓRIO E ENQUADRAMENTO

O Campo do Gerês localiza-se numa das zonas mais centrais e visitadas do Parque Nacional da Peneda-Gerês, concentrando valores naturais elevados, mas também fortes pressões associadas à procura turística. A facilidade de acesso, a proximidade a pontos emblemáticos e a promoção intensiva do território têm contribuído para uma utilização intensa do espaço, com impactos visíveis na vegetação, nos solos e na tranquilidade dos ecossistemas.

Um dos problemas ecológicos mais relevantes nesta área é a proliferação de espécies exóticas invasoras, em particular invasoras lenhosas, que alteram a estrutura dos habitats, aumentam o risco de incêndio e reduzem a biodiversidade autóctone. A gestão destas espécies exige intervenção continuada, planeamento técnico e envolvimento dos baldios, que assumem um papel central na gestão do território.

Paralelamente, o Campo do Gerês é um território com significativa dinâmica social e cultural, onde se têm vindo a testar novas abordagens de ligação entre natureza, cultura e criação artística. Este cruzamento de problemáticas ecológicas e potencial criativo criou condições favoráveis à experimentação de formatos inovadores de ecoturismo, centrados na participação ativa e na sensibilização profunda dos visitantes.



## DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

A atividade Nature & Art foi concebida como uma experiência de ecoturismo que combina ação pela conservação da natureza e criação artística. A primeira fase da atividade consistiu numa ação orientada de controlo manual de espécies invasoras em território de baldio, acompanhada por técnicos e guias locais, que explicaram o enquadramento ecológico do problema, os métodos utilizados e as limitações das intervenções pontuais.

Numa segunda fase, os materiais vegetais recolhidos foram utilizados numa oficina de criação artística, orientada por uma artista local. A transformação de um “resíduo ecológico” em objeto criativo funciona como elemento de reflexão simbólica sobre cuidado, transformação e responsabilidade, permitindo aos participantes estabelecer uma ligação emocional mais profunda com a ação de conservação realizada.

## ENTIDADES DINAMIZADORAS

- **Keen Tours**  
Coordenação geral da experiência;
- **Agrupamento de Baldios da Serra do Gerês**  
Enquadramento técnico e territorial;
- **Rural Vivo / artistas locais**  
Oficina criativa;
- **Loja do Parque**  
Alimentação com produtos locais.

## OBJETIVOS DA EXPERIÊNCIA

- Sensibilizar para o impacto das espécies invasoras;
- Envolver visitantes em ações concretas de conservação da natureza;
- Criar ligação emocional à gestão do território;
- Testar formatos inovadores de ecoturismo.

## CONTEÚDOS A TRANSMITIR

- Problema ecológico das espécies invasoras;
- Métodos de controlo e limitações;
- Papel dos baldios na conservação;
- Relação entre natureza, criatividade e responsabilidade.

## MODELO DE GOVERNANÇA

- Coordenação com o baldio e técnicos especializados;
- Articulação entre operadores, artistas e gestores;
- Avaliação prévia de riscos e seguros;
- Monitorização e reporte pós-atividade.

## BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

- Participação ativa e informada;
- Feedback visível do impacto da ação;
- Integração de ciência e criação artística;
- Escala piloto e adaptativa.

## PASTOREIO COMUNITÁRIO NO GERÊS



**TERRITÓRIO E ENQUADRAMENTO**  
Fafião é uma aldeia de montanha do concelho de Montalegre que se destaca pela manutenção ativa da vezeira, sistema comunitário de pastoreio em que diferentes famílias partilham a responsabilidade de acompanhar e vigiar o gado nas pastagens serranas. Esta prática, profundamente enraizada na organização social local, constitui simultaneamente uma estratégia produtiva, um modelo de gestão coletiva do território e uma expressão identitária da comunidade.

A vezeira desempenha um papel relevante na manutenção da paisagem, no controlo da vegetação e na prevenção de incêndios, contribuindo para a conservação de habitats abertos e para a biodiversidade associada à pastorícia extensiva. Apesar da sua importância ecológica e cultural, a prática enfrenta desafios significativos, incluindo o envelhecimento dos vezeiros, a redução do número de efetivos e a desvalorização social da atividade pastoril.

Neste contexto, o ecoturismo surge como uma oportunidade de reconhecimento social e cultural da vezeira, desde que não interfira com os ritmos da prática nem a transforme num espetáculo turístico desligado da sua função real.

**DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE**  
A experiência desenvolvida no âmbito do projeto Bem Comum permitiu aos visitantes acompanhar os vezeiros em deslocações reais com o gado, percorrendo caminhos tradicionais e

participando, de forma orientada, nos ritmos da atividade pastoril. Ao longo do percurso, os vezeiros partilharam narrativas sobre o funcionamento da vezeira, as regras informais que a regulam, as responsabilidades e práticas locais de entreajuda e as transformações ocorridas ao longo do tempo.

A experiência decorreu ao ritmo da própria prática, sem encenação ou adaptação artificial para fins turísticos. Os horários, os percursos e a duração foram definidos em função das necessidades do gado e dos vezeiros, cabendo aos visitantes adaptar-se às condições do terreno, às deslocações noturnas e às exigências físicas da experiência.

Para além da componente prática, a experiência inclui momentos de convívio e diálogo informal, permitindo aos participantes compreender a vezeira não apenas como atividade produtiva, mas como expressão de valores comunitários, como a partilha, a responsabilidade coletiva e a solidariedade.

**ENTIDADES DINAMIZADORAS**

- **Keen Tours**  
Coordenação geral da experiência;
- **Vezeira das Vacas de Fafião**  
Condução da experiência;
- **Conselho Diretivo do Baldio de Fafião**  
Enquadramento territorial e autorização.

**OBJETIVOS DA EXPERIÊNCIA**

- Valorizar e dignificar a vezeira;
- Tornar visível o trabalho pastoril;
- Reforçar o reconhecimento social da prática;
- Criar uma experiência imersiva e respeitosa.

**CONTEÚDOS A TRANSMITIR**

- Funcionamento da vezeira e do pastoreio comunitário;
- Relação entre gado, paisagem e biodiversidade;
- Organização social e gestão coletiva;
- Desafios contemporâneos da pastorícia.

**MODELO DE GOVERNANÇA**

- Centralidade dos vezeiros e do baldio;
- Operadores como mediadores logísticos e culturais;
- Ajuste da atividade às necessidades do gado;
- Partilha justa de benefícios.

**BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS**

- Participação imersiva e não intrusiva;
- Narrativa conduzida pela comunidade;
- Grupos pequenos e acompanhamento próximo;
- Momentos de convívio e partilha.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABTA. (2024). *Animal welfare guidelines: Wildlife viewing module*. Association of British Travel Agents.
- Bramwell, B., Lane, B. (2011). Critical research on the governance of tourism and sustainability. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 411-421.
- Brandão, D. (2024). *Ecoturismo e regeneração comunitária: O caso do Campo do Gerês* [Dissertação de mestrado, Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo].
- Buckley, R. (2009). *Ecotourism: Principles and practices*. CABI.
- Ceballos-Lascuráin, H. (1987). The future of ecotourism. *Mexico Journal*, 1(3), 13-14.
- Donohoe, H., & Needham, R. (2006). Ecotourism: The evolving contemporary definition. *Journal of Ecotourism*, 5(3), 192-210.
- Fennell, D. (2020). *Ecotourism* (5th ed.). Routledge.
- Ham, Sam H. (2007). From interpretation to protection: Is there a theoretical basis? *Journal of the Association for Heritage Interpretation* 12(3): 20-23.
- Honey, M. (2008). *Ecotourism and sustainable development: Who owns paradise?* (2nd ed.). Island Press.
- IUCN. (1996). *Tourism, ecotourism and protected areas*. IUCN.
- Nogueira, J., Simões, S., Araújo, J. P., Alonso, J. M., Santos, S, & Brandão, D. (2023). *Acontece in loco - Campo do Gerês: Animação comunitária e governança colaborativa para o desenvolvimento sustentável de territórios de montanha do Minho*. CIM do Cávado e IPVC.  
<https://doi.org/10.57910/ipvc-esa-40b7-vf49>
- Utter, A., White, A., Méndez, V. E., & Morris, K. (2021). Co-creation of knowledge in agroecology. *Elementa: Science of the Anthropocene*, 9(1).  
<https://doi.org/10.1525/elementa.2021.00026>
- Weaver, D. (2008). *Ecotourism*. Wiley.
- World Animal Protection. (2023). *Responsible wildlife tourism guidelines*. World Animal Protection.

## FICHA TÉCNICA

### TÍTULO

Ecoturismo e Baldios

### COLEÇÃO

Guias de Boas Práticas Bem Comum

### PROJETO

#### BEM COMUM

Inovação e Cooperação na Gestão dos Baldios, para Potenciar a Bioeconomia, Sustentabilidade e Resiliência das Comunidades Rurais e da Agro-Silvo-Pastorícia  
**Referência** 17/ C05-i03/2022 - PRR-C05-i03-I-000241

### EDIÇÃO

Instituto Politécnico de Viana do Castelo

### COORDENAÇÃO

Joana Nogueira

### AUTORES

Pedro Casinhas, Diana Brandão, Isabel Sousa, Rita Barros, Maria Pereira, Joana Nogueira

### COLABORADORES

Bruno Gonçalves, Larissa Pego, Marina Carvalho, Rui Silva, Sara Simões

### DESIGN E ILUSTRAÇÕES

Folk & Wild

### FOTOGRAFIAS

Keen Tours, Explore Iberia, Joana Nogueira, Casa do Eido - Sustainable Living & nature experiences

### CARTOGRAFIA

Sónia Santos

### ISBN

978-989-9141-47-6

### DOI

10.57910/ipvc-esa-978-989-9141-47-6

### FINANCIAMENTO





[WWW.BEMCOMUM.ALTOMINHO.PT](http://WWW.BEMCOMUM.ALTOMINHO.PT)

**COLEÇÃO**  
GUIAS DE BOAS PRÁTICAS  
BEM COMUM

**COORDENAÇÃO**



**PARCEIROS**



**cim alto minho**  
comunidade intermunicipal de municípios



**CCDRINI**  
Centro de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Norte, L.P.



**"ATLÁNTICA"**  
Associação Operadora Turística do Alto Minho, L.P.  
Associação Operadora Turística do Alto Minho, L.P.  
Associação Operadora Turística do Alto Minho, L.P.



**folk & wild**  
serviços criativos para património



**FINANCIADORES**



**PRR**  
Plano de Recuperação e Resiliência



**REPÚBLICA PORTUGUESA**



Financiado pela  
União Europeia  
NextGenerationEU